



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

CONTRATO

N.º 46//2020

“Aquisição de Materiais Impressos Diversos para Divulgação das iniciativas do Município”

Aos 2 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços; -----

Entre: -----

Município de Sines, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, neste ato representado pelo Exmo. Sr. **Nuno José Gonçalves Mascarenhas**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Sines no exercício de funções nos termos da alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

PUBLISUL – Artes Gráficas e Publicidade, Lda. com o número de identificação fiscal 513166807, com sede em ZAM, lote 14, loja B, Santiago do Cacém, neste ato representada pela senhora **Catarina Maria dos Santos Cabrito**, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 0302-8383-5426, subscrita a 06/03/2020 e válida até 06/03/2021, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 14/05/2020, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

PRIMEIRA

Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto “**a aquisição de materiais impressos diversos para divulgação das iniciativas do Município**” nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base à consulta prévia, Processo n.º 2020/300.10.005/192, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato. -----

SEGUNDA

Preço Contratual

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de **€ 28.692,50 (vinte e oito mil seiscientos e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos)**. A este valor acresce o IVA, à taxa de 23% no valor de € 6.599,28 (seis mil quinhentos e noventa e nove euros e vinte e oito cêntimos), o que perfaz o valor global de **€ 35.291,78 (trinta e cinco mil duzentos e noventa e um euros e setenta e oito cêntimos)**. -----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Ana Raquel Gil, na qualidade de Técnica Superior do serviço de Comunicação e Imagem; -----

Telefone Fixo: 269630632; -----

Email: agil@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

SÉTIMA

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

OITAVA

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com as classificações orçamental 02/020220 e 02/020225, cabimentos n.ºs 1655, 1654, 1913, 1653 e 1652 e compromissos n.ºs 20340, 20341, 20342, 20343 e 20344. -----

NONA

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

DÉCIMA

Disposições Finais

No aqui omissos aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 07/04/2020 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Santiago do Cacém, a 08/04/2020, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 2 de junho de 2020.

O Primeiro Outorgante

Nuno José Gonçalves Mascarenhas

O Segundo Outorgante

Catarina Maria dos Santos Cabrito